

MAPEAMENTO DO PERFIL SOCIOECONÔMICO DO CORPO DISCENTE DO COLUNI-UFF: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA O MONITORAMENTO DE POLÍTICA PÚBLICA

Guilherme Nogueira de Souzaⁱ
Jéssica Almeida Baiense Mellisⁱⁱ

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

guilherme.souza@uerj.br
mellisjessica@gmail.com

Resumo: O presente trabalho é fruto do projeto de Iniciação Científica Junior intitulado “De onde vim e para onde quero ir: um estudo sobre origens e perspectivas de futuro dos estudantes do Ensino Fundamental II e Ensino Médio do Colégio Universitário Geraldo Reis” desenvolvido junto com estudantes do COLUNI – unidade pertencente à Universidade Federal Fluminense. Neste projeto havia dois objetivos distintos e inter-relacionados: a formação científica de estudantes da Educação Básica através do auxílio ao desenvolvimento de habilidades para a pesquisa, por um lado; por outro, a pesquisa pretendia contribuir para reflexão institucional enquanto política pública uma vez que tinha como meta estabelecer os marcos do perfil socioeconômico de seus estudantes. A construção destes dados se demonstrava necessária para auxiliar a comunidade na reflexão sobre quem são seus estudantes e como isso poderia impactar no desenvolvimento de uma unidade escolar recentemente criada, ainda estruturando suas políticas pedagógicas e administrativas. Este trabalho, portanto, pretende analisar o perfil do corpo discente de uma escola federal recém criada a partir das estruturas físicas, de pessoal e de público do antigo CIEP 60 Geraldo Reis – localizado no bairro de São Domingos, Niterói – tendo como perspectiva a centralidade do mapeamento inicial e monitoramento contínuo do público atendido como mecanismo auxiliar para a eficácia da política pública, tendo como compromisso político a inclusão social via educação de qualidade e o aprofundamento da experiência democrática. É com este intuito que o presente trabalho pretende contribuir ao lançar a público dados inéditos de pesquisa.

Palavras-chave: colégio universitário, perfil socioeconômico, política pública, educação.

1.INTRODUÇÃO

1.1 – Política pública: centralidade da avaliação e do monitoramento

O presente trabalho pretende contribuir para a avaliação e monitoramento de política pública em educação uma vez que o estabelecimento do perfil socioeconômico do corpo discente de uma unidade escolar, juntamente com a compreensão do espaço geográfico de origem dos estudantes e das marcas culturais que trazem do ambiente externo aos muros escolares, é elemento central para auxiliar na compreensão das possibilidades, desafios e limites do trabalho pedagógico. O conhecimento adequado do perfil dos estudantes auxilia no desenvolvimento do trabalho escolar ao subsidiar com dados objetivos as discussões político-pedagógicas que marcam as unidades escolares e sua autonomia relativa na construção do currículo, dos programas de curso e das iniciativas de formação.

Por avaliação pode-se entender o “julgar a importância de uma ação em relação a um determinado referencial valorativo e aceito como tal pelos sujeitos que avaliam. Avaliar, então, não significa apenas medir, mas julgar a partir de um referencial de valores” (MARTINS et al, 2008ⁱⁱⁱ). Assim sendo, “a avaliação tem o papel de analisar criticamente o andamento do serviço/projeto, segundo seus objetivos, tendo por base as informações produzidas pelo monitoramento”, prossegue Martins (2008).

Nesse sentido, o artigo 3º da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2016) aponta que “Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: I – construir uma sociedade livre, justa e solidária; II – garantir o desenvolvimento nacional; III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. E prossegue a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (BRASIL, 2017) no seu artigo 3º:

O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; IV – respeito à liberdade e apreço à tolerância; V – coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; VI – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; VII – valorização do profissional da educação escolar; VIII – gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino; IX – garantia de padrão de qualidade; X – valorização da experiência extraescolar; XI – vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais; XII – consideração com a diversidade étnico-racial;

Assim sendo, a avaliação da implementação do corpo legal precisa levar em consideração um princípio moral republicano que se expressa na Legislação visando a construção de uma sociedade mais equânime e tendo, para tal, distintos mecanismos. A perspectiva jurídica de escolarização básica obrigatória entendida como direito social é um desses mecanismos cujo princípio se encontra ratificado nos artigos 4º, 5º e 6º da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional:

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: I – educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, organizada da seguinte forma: a) pré-escola; b) ensino fundamental; c) ensino médio; [...] **Art. 5º** O acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigi-lo. [...] **Art. 6º** É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na educação básica a partir dos 4 (quatro) anos de idade. (Brasil, 2017)

"O propósito da avaliação é guiar os tomadores de decisão, orientando-os quanto à continuidade, necessidade de correções ou mesmo suspensão de uma determinada política ou programa" (COSTA; CASTANHAR, 2003, p.972). Com isso os autores apontam que o processo de avaliação de uma política pública não é mero exercício diletante. A avaliação e monitoramento possuem a função de fornecer ao conjunto dos sujeitos responsáveis pelo desenvolvimento da política informações de relevância que auxiliem na correção de rumos, na mudança de estratégia e na resolução de problemas seja durante a execução, seja em fases posteriores ou em desdobramentos da política pública.

Monitoramento, por sua vez, "diz respeito à observação regular e sistemática do desenvolvimento das atividades, do uso dos recursos e da produção de resultados, comparando-os com o planejamento inicial" (MARTINS et al, 2008). O monitoramento diz respeito a construção processual de dados que sirvam aos processos de avaliação da política pública implementada de forma que seja possível avaliar em determinado período as transformações produzidas e se elas se adequam ao rumo planejado quando do início da política pública. Se, por um lado, a avaliação diz respeito a um conjunto de valores que orientam e definem uma opção por uma política pública; por outro, o monitoramento subsidia os processos de avaliação com dados necessários para que se possa acompanhar a efetividade, eficácia e desempenho da política social. Assim sendo, o monitoramento "deve produzir informações e dados confiáveis para subsidiar a análise da razão de eventuais desvios, assim como, das decisões de revisão do plano" (MARTINS et al, 2008).

Ramos & Schabbach (2012) apontam que a preocupação com a avaliação e monitoramento de políticas públicas no Brasil ainda é relativamente recente. Se no plano internacional esta perspectiva começa a se desenvolver a partir dos anos 60, especialmente nos Estados Unidos, no Brasil, o marco para esta nova orientação da ação estatal está na reforma administrativa de 1998, através da Emenda Constitucional 19. Ademais, segundo as autoras,

Além da preocupação com a efetividade, podem ser citadas outras razões que fomentaram a demanda por avaliações em nosso país, especialmente a partir dos anos 1990: a crise fiscal que diminuiu a capacidade de gasto dos governos e aumentou a pressão por maior eficiência; o fim do processo inflacionário, que reduziu as receitas financeiras dos governos e expôs os problemas das finanças públicas; o aprofundamento da democracia, que trouxe novos atores sociais e reivindicações aos governos; a longa crise econômica brasileira que aumentou a desigualdade social e a busca por programas sociais públicos; a desestruturação da função de planejamento, que deixou os governantes sem elementos de informação e avaliação; a redução da ajuda externa e a pressão dos organismos internacionais de fomento pela aferição dos resultados dos programas sociais por eles financiados. (RAMOS; SCHABBACH, 2012, p.1274)

Assim sendo, o objetivo do presente trabalho é contribuir para a construção de uma escola pública comprometida com os valores republicanos expressos na Constituição ao auxiliar a tomada de decisão por parte de docentes, equipes de apoio e gestores através do mapeamento e subsequentes monitoramentos a respeito do perfil do corpo discente atendido pelo Colégio Universitário Geraldo Reis.

1.2 – O Colégio Universitário Geraldo Reis

O COLUNI é herdeiro institucional de outras experiências da Universidade Federal Fluminense na formação educacional de adolescentes ao longo da sua história. Ainda quando denominada Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UFERJ – a universidade criou em 1964, em observância a reforma educacional introduzida pela Lei de Diretrizes e Bases do Ensino Brasileiro de 1961, o Colégio Universitário, instituição submetida a Faculdade de Educação e cujo objetivo inicial seria ofertar a última série do ensino colegial com perspectiva de formação para o acesso ao ensino superior. Essa experiência inicial não foi capaz de institucionalizar uma política de formação na educação para além do ensino superior por parte da universidade, ao menos não em Niterói. Já na década seguinte, ainda nos anos 70, após expandir a oferta educacional para todos os anos do ensino colegial, o colégio deixou de existir^{iv}.

Além do Colégio Universitário, a UFF manteve o Colégio Agrícola Nilo Peçanha, em Pinheiral, a partir de 1968, unidade incorporada ao Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), em 2008. Destino semelhante ao Colégio Técnico Agrícola Ildfonso Bastos Borges, em Bom Jesus de Itabapoana, unidade educacional da universidade transferida também em 2008 para Instituto Federal Fluminense (IFF).

A atual configuração do Colégio Universitário da UFF nasceu em 2006, a partir da assinatura de convênio entre a universidade e a Secretaria Estadual de Educação do Estado do Rio de Janeiro (SEEDUC – RJ)^v. Neste convênio, a UFF assumiria em definitivo a gestão do CIEP 60 Geraldo Reis, a partir de 2007, com o intuito de constituição de um colégio de aplicação nos moldes do CAp – UFRJ ou CAp – UERJ. Tal perspectiva, no entanto, não se efetivou, sendo o COLUNI uma unidade administrativa, vinculada à Pró-reitora de Graduação (PROGRAD), sem compromisso institucional na formação de estudantes de licenciatura, apesar de receber estagiários dos mais diferentes

cursos e de possibilitar a execução de projetos de pesquisa de docentes da universidade externos à unidade a partir de convênios.

Na sua constituição, em 2006/2007, o COLUNI manteve parte significativa de docentes e servidores técnico-administrativos oriundos da SEEDUC – RJ, cedidos à UFF, tendo em vista as necessidades de funcionamento da unidade e sua estruturação agora como colégio universitário. O mesmo princípio valeu para os estudantes do antigo CIEP que vieram a se tornar alunos da UFF a partir de 2007. Cabe frisar que o antigo CIEP tinha como público predominante crianças e adolescentes das comunidades empobrecidas nas cercanias da Universidade Federal Fluminense. Crianças e adolescentes estes que viriam a experimentar o conjunto amplo de transformações pelo qual a instituição passaria a partir de então. Este é um elemento central para a reflexão sobre a estruturação futura do COLUNI. Esse processo *sui generis* de criação e, em especial, a transição de uma escola pública regular para um colégio universitário federal, assim como seus impactos sobre seu corpo discente e comunidade externa, ainda carecem de investigação aprofundada para a reconstrução e preservação da memória institucional. Este objetivo, no entanto, apesar de urgente, não cabe nos limites do presente trabalho.

Como parte do conjunto das transformações pelas quais passou o antigo CIEP, estava a possibilidade de acesso ao Programa de Iniciação Científica Junior – PIBIQUINHO^{vi} – por parte dos estudantes da Educação Básica do, agora, COLUNI. Os dados da pesquisa que subsidiam este trabalho foram construídos no ano de 2014 como parte integrante deste projeto. O PIBIQUINHO é um projeto da Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PROPI) em parceria com a Direção da unidade.

Atualmente, o Colégio Universitário Geraldo Reis atende aproximadamente 400 crianças e adolescentes, da Educação Infantil – incorporada posteriormente à unidade – ao Ensino Médio. Corpo discente constituído exclusivamente via sorteio público, sem provas de acesso ou qualquer modalidade de reserva de vagas para filhos de servidores da universidade. O modelo de acesso, aliado ao processo de incorporação do antigo público do CIEP 60, tornou o COLUNI uma experiência impar dentre os colégios públicos federais. E daí a necessidade de acompanhar mais de perto o seu desenvolvimento institucional, a constituição do seu corpo discente e seus resultados. O presente trabalho pretende contribuir com este processo.

2. METODOLOGIA

O presente trabalho foi desenvolvido a partir de um projeto de pesquisa que pode ser definido como pesquisa de levantamento. Este tipo de pesquisa se propõe a estabelecer as características de um grupo ou população. Neste caso, o interesse estava em estabelecer as características do grupo de estudantes dos níveis já indicados anteriormente (Ensino Fundamental II e Ensino Médio) através de um *survey* aplicado em duas etapas: a primeira voltada aos estudantes de Ensino Médio e a segunda voltada aos estudantes do Ensino Fundamental II alocados na unidade em 2014. Entretanto, apenas a pesquisa de perfil do corpo discente do Ensino Médio do COLUNI foi realizada. E, não havendo a possibilidade técnica de realização de um censo na unidade, a pesquisa foi realizada a partir da construção de amostras estruturadas e aleatórias por turma, correspondendo a amostra a um percentual entre 20% a 30% do universo da pesquisa. O critério de estratificação foi a turma de origem, garantindo assim maior representatividade das informações e a possibilidade de avaliações por turma/série, o que permitiria verificar as especificidades por turma e compara-las aos dados agregados do conjunto da unidade. O elemento gênero também foi central na construção da amostra, fazendo coincidir os percentuais de meninos e meninas por turma. Ademais, como forma de garantir maior qualidade das informações, o questionário estruturado passou por testagem prévia com grupo focal. A intenção desta organização foi poder construir uma ferramenta de pesquisa que pudesse ser reaplicada em intervalos temporais de modo a garantir a construção de uma série histórica sobre o perfil do público atendido pela unidade escolar.

Os estudantes sorteados e seus responsáveis foram informados da pesquisa, de seus objetivos e do caráter de anonimato presente na coleta de dados. Após a entrega dos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), os questionários foram aplicados pelos bolsistas do projeto sob a supervisão deste autor. Os dados foram reunidos em banco de dados e receberam o tratamento que subsidia o presente trabalho.

3. APONTAMENTOS

O questionário utilizado para o levantamento dos dados foi construído em quatro partes distintas: a primeira versava sobre o perfil socioeconômico dos estudantes e de suas famílias; a segunda versava sobre as relações destes estudantes com o mundo do trabalho; a terceira parte versava sobre as relações destes estudante com os estudos e a escola; e, por fim, a quarta e menor

parte versava sobre valores sociais e vivências destes estudantes a respeito de temas como formas de discriminação, posicionamentos políticos e conhecimento de mundo em geral. Tendo em vista os limites do presente trabalho, apenas os dados da primeira parte do questionário serão analisados.

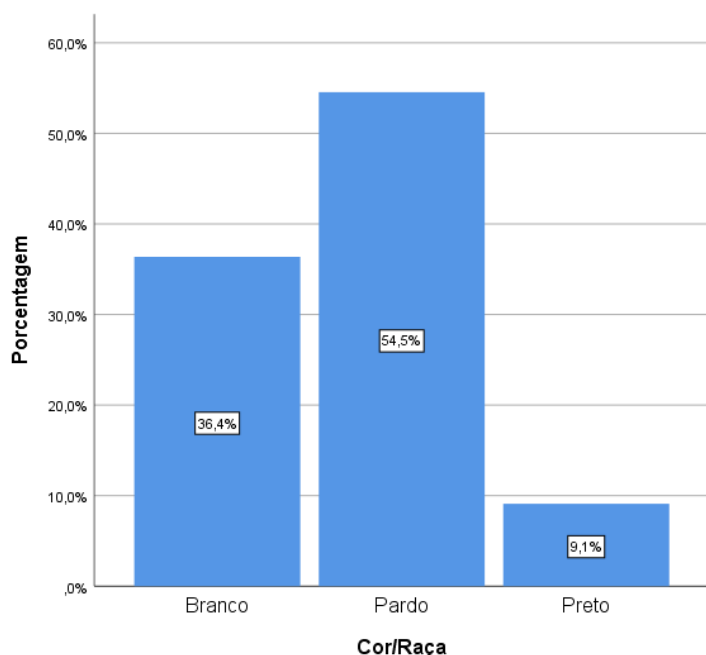
No ano de 2014, o COLUNI possuía três turmas de Ensino Médio, uma de cada série da etapa escolar, totalizando 90 estudantes com matrícula ativa. A mostra dos dados abaixo, construído de maneira aleatória, mas estruturada segundo o perfil de gênero de modo garantir representatividade, contou com a participação de 22 estudantes, pouco mais de 20% do universo da pesquisa.

		Sexo			
		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Masculino	8	36,4	36,4	36,4
	Feminino	14	63,6	63,6	100,0
	Total	22	100,0	100,0	

Já de partida, se percebe a prevalência de meninas dentre o público de ensino médio da unidade escolar. Este dado está em concordância com o apontado para os sistemas escolares em geral. Em pesquisa intitulada “Estatísticas de gênero: uma análise do censo demográfico 2010”^{vii}, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) aponta para a pequena prevalência de mulheres sobre homens nesse nível de escolaridade e ampliação dessa diferença no nível superior. Em estudo semelhante intitulado “Estatísticas de Gênero - Indicadores sociais das mulheres no Brasil”^{viii}, publicado em 2018, a mesma tendência se repete. A esse respeito, a economista Betina Fresneda, analista da Gerência de Indicadores Sociais do IBGE, comenta: “Tem mais a ver então com características da criação das meninas. Outros estudos mostram que, a partir do ensino médio, por exemplo, os homens começam a conciliar mais estudo e trabalho do que as mulheres. Diversos fatores que estão associados a papéis de gênero.”^{ix} Cabe frisar, no entanto, que disparidade de gênero na constituição do público de Ensino Médio da unidade demanda uma análise qualitativa uma vez que os dados destoam das médias nacionais no que tange ao tamanho da disparidade de gênero. Por fim, importante relatar que na turma de 3º ano do Ensino Médio, essa relação se inverte, sendo os meninos compõem 54% contra 46% de meninas.

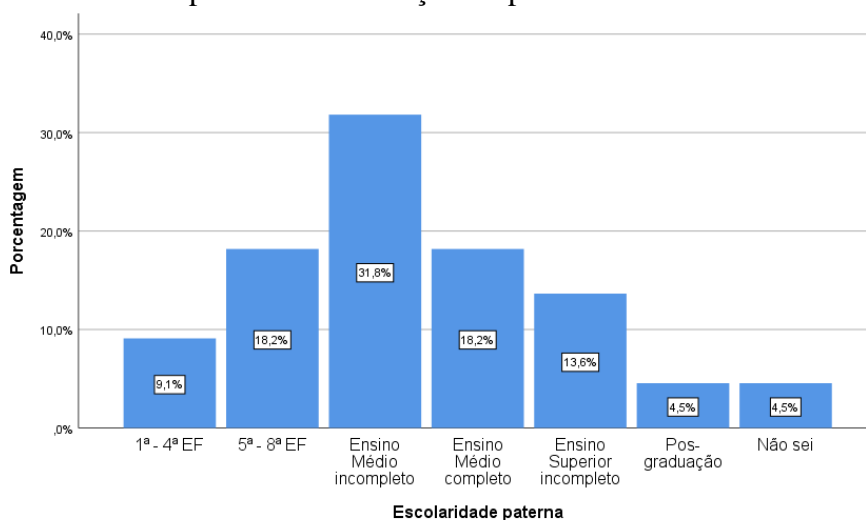
Outro elemento que merece atenção no perfil socioeconômico da amostra em questão, diz respeito a composição por raça/cor. Utilizando as categorias oficiais do IBGE que reconhece a existência de 4 categorias de cor (branco, preto, pardo

e amarelo) e uma categoria de caráter étnico-racial (indígena)^x, temos a seguinte distribuição:



Pode-se perceber que o COLUNI é uma escola de maioria preta/parda. Ou, ao menos, que seu ensino médio possui uma significativa prevalência deste público quando comparada à população autodeclarada branca. Este é outro elemento que demanda maior aprofundamento em pesquisa uma vez que não se tem um levantamento sistemático sobre o perfil dos estudantes atendidos pelo sistema federal de educação,

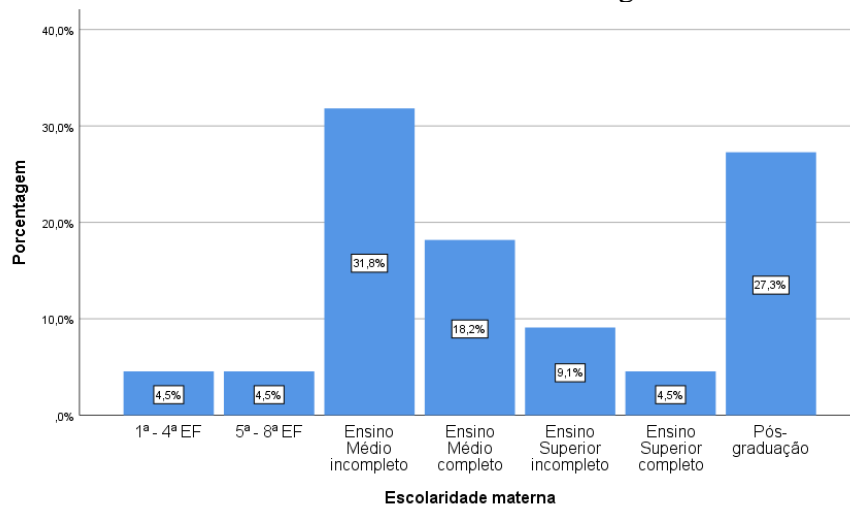
especialmente no que tange aos colégios universitários e colégios de aplicação. Historicamente apontados como “ilhas de excelência”^{xi} no sistema público de ensino, ainda carecemos de um levantamento sistematizado a respeito do perfil do público atendido por essas unidades e sua evolução frente a uma série de medidas que visam a democratização do acesso às instituições entendidas como de excelência acadêmica. No caso do COLUNI – UFF, três hipóteses precisam ser averiguadas em futuros estudos: 1) perfil demográfico da região; 2) avaliação do impacto do histórico de criação da unidade frente a este resultado e; 3) o sistema de acesso à unidade escolar, baseado em edital público e sorteio geral e irrestrito, e seu eventual impacto na constituição do perfil da comunidade escolar.



Quando os dados versam sobre escolaridade paterna e materna, podemos perceber uma concentração expressiva de pais e mães com ensino médio incompleto.

Nesse sentido, há uma unidade no perfil dos pais.

Entretanto, tal recorrência não se repete quando são analisados os níveis mais elevados de escolaridade. Enquanto apenas 4,5% dos pais possuem pós-graduação, 27,3% das mães possuem este nível de escolaridade. Um índice significativamente elevado.



Ademais, cabe frisar, que há uma significativa concentração de estudantes cujos responsáveis não concluíram a Educação Básica: 40% no caso das mães e 60% no caso dos pais.

Ainda sobre o perfil dos responsáveis, os dados apontam que 40,9% dos pais estavam inseridos formalmente no setor de serviços, 18,2% estavam inseridos no serviço público e 22,7% eram trabalhadores informais. No caso das mães, os dados apontam que 23,8% eram trabalhadoras do lar, sem remuneração, 19% eram empregadas domésticas, 19% eram servidoras públicas, 14,3% eram trabalhadoras informais, mesmo percentual de profissionais liberais. Chama atenção a maior dispersão quanto à inserção profissional das mulheres em relação aos homens, ao mesmo tempo que não se pode ignorar que quase metade das mães eram donas de casa ou trabalhadoras domésticas.

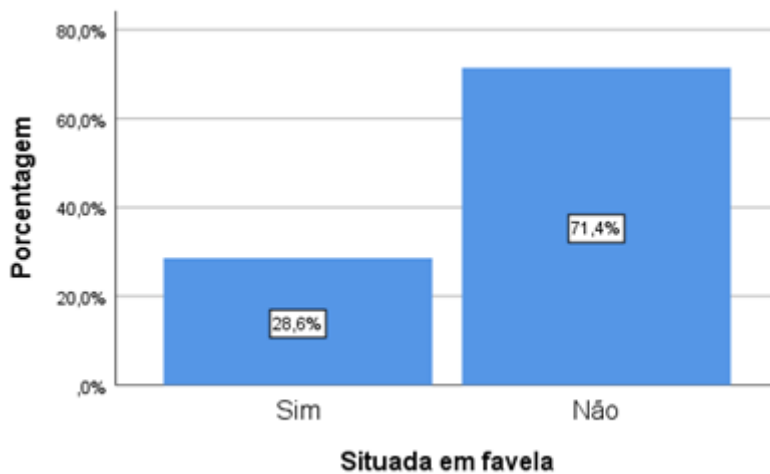
Sobre a renda familiar bruta declarada para o ano de 2014, tendo como referência o valor de R\$ 724,00, temos a seguinte distribuição:

		Renda familiar			
		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	2 - 5 SM	11	50,0	50,0	50,0
	5 - 10 SM	7	31,8	31,8	81,8
	10 - 30 SM	4	18,2	18,2	100,0
	Total	22	100,0	100,0	

Chama atenção o fato de não haver registros de renda familiar menor que dois salários mínimos, apesar da existência da opção no questionário. Assim como é expressiva a posição minoritária de estudantes oriundos de classe média alta na composição do perfil.

Quando indagados sobre a inserção da casa no espaço, 90,9% da amostra aponta para o fato de que vive em casa própria. Ao mesmo tempo, um pouco mais de 1/4 dos respondentes apontam morar

em favela. E 14% da amostra disse morar em área quilombola, dado inesperado na pesquisa



uma vez que há poucos registros de quilombos na região na qual se localiza a unidade escolar.

Os dados apresentados até aqui são uma parte das informações obtidas a respeito do perfil socioeconômico do corpo discente de uma unidade

escolar nascente no que tange aos atuais objetivos e inserção administrativa. Estes dados se propõem a ofertar subsídios à direção, aos professores e futuros pesquisadores para acompanhar a evolução do público atendido pelo COLUNI – UFF.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho é produto de uma iniciativa que pretendia aliar formação inicial de jovens no universo da pesquisa – através do projeto institucional de iniciação científica júnior – e a percepção de que uma comunidade escolar, especialmente nas condições históricas que deram origem ao COLUNI – UFF, precisa conhecer melhor seu público. Este conhecimento pode auxiliar no direcionamento das políticas pedagógicas e, por conseguinte, auxiliar na obtenção dos resultados almejados pelos gestores da política pública. No caso de uma escola pública, comprometida com os valores da igualdade, cidadania plena e efetivação de direitos, definir o perfil do público atendido e acompanhar a evolução dos dados ajuda a diagnosticar quais são os alunos que cumprem a trajetória escolar, qual o perfil dos estudantes com maiores chances de reprovação e/ ou evasão escolar, etc. Neste sentido, a publicação de parte dos dados oriundos da pesquisa “De onde vim, para onde quero ir” é uma forma de contribuir para a consolidação do COLUNI enquanto um sonho de escola de qualidade, ofertando um serviço público educacional diferenciado, para um conjunto misto de alunos, muitos moradores das favelas na vizinhança e de áreas periféricas, majoritariamente pretos e pardos, alguns filhos de empregadas domésticas e a maioria filhos de trabalhadores pertencentes a chamada classe C. A consolidação desta experiência educacional, com seu corpo docente e diretor comprometidos com a boa formação, pode ser o caminho para crianças e adolescentes romperem o

ciclo da pobreza que tende a se reproduzir quando oportunidades educacionais adequadas não são ofertadas para aqueles que acumulam desvantagens históricas e sociais. A educação pública de qualidade, devidamente orientada e comprometida com princípios de inclusão e diversidade, pode ser o caminho para redução das desigualdades em geral e para abrir um universo de novas expectativas aos estudantes, seus familiares e comunidade do entorno.

5. AGRADECIMENTOS

A pesquisa que deu origem a este trabalho só foi possível pela participação ativa de agentes institucionais representados pela Direção do COLUNI e pela PROPPI. Ademais, cabe frisar o apoio constante da Coordenação Geral do COLUNI, na figura da professora Fátima Pereira Picanço Brasil – sujeito central na execução do projeto educacional desta unidade escolar. Por fim, cito nominalmente os estudantes Cleiton Paulo Venâncio Ferreira (estagiário bolsista), Paola Barbosa da Silva Moura (estagiária bolsista) e Marianne Dias Bastos (estagiária voluntária), à época estudantes de ensino médio, hoje estudantes ensino superior. Os três foram centrais neste processo e muito do que se tem aqui é produto do prazeroso trabalho de orientação e formação de adolescentes para o pensamento acadêmico e pesquisa científica.

REFERÊNCIAS

AGUILAR Jr. Carlos Augusto. *O Colégio Universitário Geraldo Reis no contexto da crise estrutural do Capital*. ANDES-SN. Janeiro de 2018

BRASIL. [Constituição (1988)] Constituição da República Federativa do Brasil : texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. 496 p.

_____. Lei de diretrizes e bases da educação nacional. – Brasília : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. 58 p.

_____. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 20 dez. 1961. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14024.htm>. Acesso em: 15 abr. 2014

COSTA, Frederico L. da; CASTANHAR, José C. *Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos*. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 5, p. 969-992, set./out. 2003. Ramos & Schabbach (2012)

GÜNTHER, Hartmut. *Como Elaborar um Questionário*. Série: **Planejamento de Pesquisa nas Ciências Sociais**, 2003, Nº 01. Laboratório de Psicologia Ambiental. Instituto de Psicologia. Universidade de Brasília.

HÖFLING, E de M. *Estado e Políticas (Públicas) Sociais. Cadernos Cedec*. Ano XXI, nº 55, novembro, 2001

MARTINS, Maria Lucimar Pereira; SCHIBELSKY, Simoni Michele Oliveira; RIZOTTI, Maria Luiza Amaral; PAULILO, Maria Ângela Silveira. *Avaliação em Monitoramento nas Políticas Sociais. Serviço Social em Revista*. Universidade Estadual de Londrina. Vol. 10, nº 2. Jan/Jul, 2008. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c-v10n2_lucimar.htm

RAMOS, Marília Patta; SCHABBACH, Letícia Maria. *O estado da arte da avaliação de políticas públicas: conceituação e exemplos de avaliação no Brasil. Rev. Adm. Pública*, Rio de Janeiro, v. 46, n. 5, p. 1271-1294, Out. 2012.

SILVA, Caroline Guimarães. *De CIEP à COLUNI UFF: reconstrução histórica e discussões acerca das transformações ocorridas no espaço escolar*. Trabalho de Conclusão de Curso: ESS/UFF. Niterói, 2009. 65 f

SOUZA, Guilherme Nogueira. *Os negros ascendentes na região metropolitana do Rio de Janeiro: trajetórias e perspectivas*. Tese de Doutorado: PPCIS/UERJ. Rio de Janeiro, 2012.

_____. *Os negros de camadas médias no Rio de Janeiro: um estudo sobre identidades sociais*. Dissertação de Mestrado: PPCIS/UERJ. Rio de Janeiro, 2008.

ⁱ Doutor em Ciências Sociais; Professor Adjunto na Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

ⁱⁱ Bolsista PIBIC. Estudante de Graduação em Ciências Sociais na Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

ⁱⁱⁱ Artigo sem paginação.

^{iv} Informação publicada na página institucional da Universidade Federal Fluminense:

<http://www.memoria.uff.br/index.php/uferj-2/estabelecimentos-de-ensino/colégio-universitario-geraldo-reis>
Acessada em 15/05/2018

^v Informação publicada no portal Univesia Brasil:

<http://noticias.universia.com.br/destaque/noticia/2006/04/04/444983/uff-cria-colegio-universitario.html>
Publicada em 04/04/2006. Acessada em 16/05/2018.

^{vi} Informação retirada da página institucional do COLUNI: <http://www.coluni.uff.br/pesquisa-pibiquinho-2014>
Acessado em 15/05/2018.

^{vii} Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv88941.pdf>. Acessado em 20/05/2018.

^{viii} Disponível em https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf. Acessado em 20/05/2018.

^{ix} Entrevista concedida ao portal EBC, publicada em 07/03/2018. Disponível em

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-03/ibge-mulheres-ganham-menos-que-homens-mesmo-sendo-maioria-com-ensino-superior>. Acessada em 20/05/2018.

^x Ver mais sobre essa discussão no capítulo 2 da tese “Os negros ascendentes na região metropolitana do Rio de Janeiro: trajetórias e perspectivas”, de Guilherme Nogueira de Souza. Programa de Pós-graduação em Ciências (PPCIS), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), 2012. 174 f.

^{xi} https://brasil.elpais.com/brasil/2016/12/09/economia/1481304596_960196.html;